

T Dia Internacional de Luta contra a Tortura

GTNM/RJ

JORNAL DO GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RJ - ANO 22 - Nº 61 - JUNHO/2007

**REPARAÇÃO E JUSTIÇA:
UM CAMINHO NECESSÁRIO**

CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS	03
CARTA DE SÃO PAULO	04
REPARAÇÃO E JUSTIÇA	06
MEMÓRIA PARA USO DIÁRIO	10
VOCÊS ORGANIZAM, EU DESORGANIZO ARTIGO DE JOEL RUFINO	12

“Se queres que o presente seja diferente do passado, estuda o passado” BARUCH ESPINOZA, FILÓSOFO (1632-1677)

Dia Internacional de Luta contra a Tortura

“A tortura política no Brasil não foi um fato aleatório. Ela não representou um excesso ou uma exceção episódicos. Não se deveu a traços psicopatológicos ou sádicos dos torturadores. A tortura política no Brasil foi, e é, – plenamente – um fato político e, como tal, deve ser analisada”.

Com esta fala Hélio Pellegrino iniciou sua palestra, há 22 anos atrás, no lançamento oficial do GTNM/RJ, durante o seu I Seminário, ocorrido em outubro/novembro de 1985.

A lucidez de Hélio já nos apontava naquele Seminário, o cruel e perverso funcionamento das sociedades de capitalismo periférico. Em especial, já nos falava da política neoliberal globalizada que se anunciava: o uso sistemático da prática de tortura, o fascismo social que se gestava com sua Tolerância Zero e seus fundamentalismos.

Apesar dos dados atualmente serem muito mais gritantes e alarmantes, nos dizia ele à época:

“Somos 32 milhões de europeus que participam dos benefícios e dos confortos do desenvolvimento brasileiro(...) Mas, ao lado desses 32 milhões de “belgas”, existem 100 milhões de índios. Cem milhões de deserdados, de despossuídos, de exploradores, dos quais 30 milhões estão mergulhados na chamada miséria absoluta (...)”.

Após este terrível quadro que nos apontou como sendo tortura, Hélio afirmava peremptoriamente: *“Eu diria que a sociedade brasileira implica a tortura como um dado estrutural”.*

É esse capitalismo financeiro globalizado que hoje vem produzindo o aumento do Estado Penal, a criminalização da pobreza e de muitos movimentos sociais, bem como os acordos político-partidários que, em nome de uma pseudo

governabilidade, tentam nos fazer esquecer de nossa história recente, acobertando crimes praticados em nome da chamada segurança do regime. Por isso, é que insiste em nós o repúdio a essas práticas violadoras que cotidianamente ainda são exercidas. Daí, a importância de lembrarmos e participarmos do dia 26 de junho, **Dia Internacional de Luta Contra a Tortura.**

Apesar desse poderio e da grande onda conservadora que nos atravessa, as lutas se fazem, as resistências se afirmam, ainda que pequenas, invisibilizadas muitas vezes, criminalizadas tantas outras.

É este paradoxo que vivemos e que muitas vezes nos captura: como expandir nossas potências, as forças presentes em nós – que sabemos ilimitadas – ao mesmo tempo em que vivemos um *“sistemático, cotidiano e envolvente sucateamento da humanidade”?* (Orlandi).

Como afirmar a vida em um mundo que teima em negá-la e exterminá-la? Como resistir, afirmando novas formas de existência neste mundo que nos despotencializa? Este é o nosso desafio: encontrar maneiras de resistir afirmando a potência ilimitada de criação e invenção de outros mundos.

“Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície e volume reduzidos (...) É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle” (Deleuze).

**Pela Vida, Pela Paz
Tortura Nunca Mais!**

Diretoria do GTNm/RJ

O GTNM/RJ não é uma ONG, somos um movimento social

No momento, passamos por dificuldades financeiras e corremos o risco de não editarmos o próximo número do jornal. Aceitamos qualquer contribuição em nossa conta:

Banco Itaú, Ag. 0389 C/C 77791-3

Expediente

Direção do Grupo

Presidente: Cecília M. B. Coimbra

1º Vice: Victória L. Grabois Olímpio

2º Vice: Elizabeth Silveira e Silva

1º secretário: Joana D’Arc F. Ferraz

2º secretário: Maysa P. Machado

1º tesoureiro: Sebastião A. da Silveira

2º tesoureiro: Flora Abreu Henrique da Costa

Suplentes: Tânia Roque e Vitória Pamplona

Coordenação geral e redação: Ana Miranda, Cecília Coimbra, Jane Q. Nobre de Mello, Joana D’Arc F. Ferraz e Victória Grabois.

Digitação: Zélia Lima

Colaboraram nesta edição: Fernando Silva, Sérgio Silva e Vera Vital Brasil.

Edição: Marcelo Cajueiro

Diagramação: Diagrama Comunicações Ltda.

Tel.: (21) 2232-3866 -

marcelocajueiro@marcelocajueiro.com.br

Projeto Gráfico: Victor Marques

Ilustrações: Carlos Senna

Impressão: Monitor Mercantil

“GTNM” é uma publicação do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, sediado na Rua General Polidoro, 238 - sobreloja Botafogo - Rio de Janeiro

Tel.: (021) 2286-8762 - Fax: (021) 2538-0428

E-mail: gtnm@alternex.com.br

Site: www.torturanuncamais-rj.org.br

Tiragem: 4.000 exemplares

Artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Jornal do GTNM/RJ no Cariri

Solicito anotar o recebimento de exemplares do jornal GTNM/RJ nº 60/2007 (...) que serão distribuídos entre os alunos da URCA - Universidade Regional do Cariri. Agradeço e espero continuar destinatário de sua honrosa atenção e confiança. Cordialmente

José Genildo, por carta

Pesquisa sobre a Ditadura Brasileira na Universidade da Carolina do Norte

Sou professora da University of North Carolina e estou escrevendo um livro sobre as representações da ditadura militar na literatura e cultura brasileiras, a ser publicado por uma imprensa universitária norte-americana. Visitei sua sede em junho de 2003, para entrevistar (...) e para pesquisar os acervos. Fico extremamente grata pelo auxílio que me deram.

Procuro um texto que até agora não consegui localizar (...), é o roteiro da versão carioca da peça “Lembrar é resistir,” que foi encenado no prédio do ex-DOPS do Rio, em 2002, sob a direção de Nelson Xavier. (...) como posso obter uma cópia do roteiro e/ou se existe uma gravação da peça? Cordialmente,

Rebecca Atencio, por e-mail

Assistant Professor of Portuguese and Latin American Studies / Univ. North Carolina at Charlotte

Documentário sobre o GTNM/RJ

Vocês não fazem idéia de como me senti ao assistir o filme, ficou maravilhoso. Conseguir um documentário que mostra a importância concreta do GTNM/RJ no cenário brasileiro, de uma forma que é PURA EMOÇÃO. (...) gostaria de poder participar deste magnífico trabalho que vocês realizam (...), estar ao lado de um grupo com a história do TNM (...).

Fica (...) toda a minha admiração.

Rose Marques Grazinoli, por e-mail

Grupo de Estudos sobre Ditadura

Na UFRJ, a seção “documentos” foi duplicada: agora temos uma subseção chamada “documentos históricos” (com discursos, notícias e outros documentos que compõem a história política da ditadura militar) e outra, intitulada “fundos arquivísticos”, que contém fontes digitalizadas já trabalhadas (...). Estão disponíveis diversos documentos sobre a censura. Brevemente, incluiremos documentos da antiga AERP (propaganda política) e, até o fim do ano, centenas de documentos do Departamento de Estado norte-americano.

(...) criamos uma seção de notícias, (...) é possível enviar comentários.

Divulgaremos informações sobre lançamentos de livros, eventos acadêmicos e documentos históricos. (...) pensamos que será adequado fortalecer o debate de alguns temas importantes, como a discussão sobre a lei de anistia ou a busca dos restos mortais dos que foram mortos na guerrilha do Araguaia. Saudações,

Carlos Fico, por e-mail

Obs.: O Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar da UFRJ conta com o apoio do CNPq e da FAPERJ (www.gedm.ifcs.ufrj.br)

Absurda Condenação

“Fome é tortura, doença é tortura, ignorância é tortura, relento é tortura, criança abandonada é tortura. A tortura existe e ela é praticada institucionalmente no Brasil, na medida em que persiste essa monstruosa diferença de classes e essa injustíssima e iníqua distribuição de renda.”

Hélio Pelegrino. I Seminário do GTNM, 1987

O GTNM/RJ foi condenado pela Juíza da 42ª Vara Civil do Estado do Rio de Janeiro, Dra. Maria Helena Pinto Machado Martins, a pagar cerca de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais) de danos morais para os policiais federais Roberto Jaureguiber Prel Júnior, Luiz Oswaldo Vargas de Aguiar, Luiz Amado Machado e Anísio Pereira dos Santos, por ter divulgado em seu site os atos de violência praticados contra o petroleiro Carlos Abel Dutra Garcia. Estes fatos foram anunciados na imprensa à época.

Carlos Abel levou ao conhecimento do Ministério Público Federal as agressões sofridas, o que permitiu a esta entidade a instauração de Ação Penal contra os policiais. Entretanto, esta ação foi interrompida diante da discussão de que o MPF não poderia presidir investigações que precedessem a ação penal. Desta forma, deixou-se de ter o esclarecimento das violências cometidas contra Carlos Abel. Tais agressões constam dos Relatórios sobre Tortura da Anistia Internacional e da Comissão Contra a Tortura da ONU.

Ver a nota do GTNM/RJ na íntegra em www.torturanuncamais-rj.org.br

Nota do Cebraspo



Boletim 65

O Cebraspo repudia a condenação sofrida pelo GTNM/RJ que simplesmente cumpriu com o papel para o qual foi criado, divulgando uma denúncia que foi feita à imprensa à época do ocorrido. Concordamos com o GTNM/RJ: “tal decisão abre um sério precedente político para todos os defensores de direitos humanos em nosso país” e nós condenamos essa ação intimidatória do poder judiciário contra aqueles que ousam se manifestar contrários à lógica instituída.

CEBRASPO - Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos (www.cebraspo.com.br)

Judicial sentence threatens Brazilian rehabilitation and human rights centre



A sentence pronounced by a regional court threatens the existence of IRCT member centre Grupo Tortura Nunca Mais in Rio de Janeiro (GTMN/RJ). The court has sentenced GTNM/RJ to pay app. 20,000 EUR in compensation for moral damage to four members of the Brazilian federal police who were accused, but never convicted, of torturing a Brazilian naval officer (...). (...) to make a financial contribution, visit the organisation's homepage (<http://www.irct.org>)

IRCT – International Rehabilitation Council for Torture Victims

Declaração de Heloísa Helena ao GTNM



“A criminalização do Grupo Tortura Nunca Mais demonstra a face mais cruel da justiça brasileira: a de ser muito injusta. A liberdade de expressão dos que defendem os direitos humanos sofreu uma grande ameaça com essa condenação, que nos remete aos tempos da ditadura”.

Criminalizar os GTNM é criminalizar todos aqueles que buscam uma sociedade mais justa e igualitária, onde nosso passado não seja apagado e nosso presente seja gerador de um futuro mais justo. Estou totalmente solidária ao GTNM, e podem contar com os militantes do PSOL nas campanhas de fortalecimento do GTNM.”

Heloísa Helena

Car@s amig@s do GTNM,

Assinei, na última sexta-feira, por ocasião da bela e emocionante entrega da Medalha Chico Mendes, o abaixo assinado referente à absurda decisão judicial de impor uma tortura pecuniária ao nosso ... Nunca Mais. (...) Grato pela atenção e que continuem firmes nesse trabalho de resgate da história e da cidadania.

Luiz Marcolino



<http://www.global.org.br/>

Informe para a ONU sobre condenação do GTNM

Nós, da **Justiça Global**, gostaríamos de fazer um informe para as relatorias especiais da ONU sobre o caso que envolve a condenação do GTNM ao pagamento de indenização em razão da divulgação no site (...) de denúncia sobre agressões sofridas por Carlos Abel, praticadas por policiais federais. Na verdade, a violência praticada pelos policiais federais contra Carlos Abel já foi objeto de informe à ONU, assim como a ação de *hackers* no site. A idéia, então, é atualizar o caso (...).

Abraços, **Tâmara** – por e-mail.

Queridos compañeros:

Hacemos llegar adjunto la declaración definitiva de la Red respecto al grave ataque que está viviendo GTNM/RJ. Pedimos que todos los Centros difundan dicha declaración en sus países. Nosotros la estaremos enviando a **Naciones Unidas, Comunidad Europea y otros centros internacionales como el IRCT**. Un fuerte abrazo,

EATIP - Equipo Argentino de Trabajo e Investigación Psicosocial

Condenação

Sob o impacto da notícia da onerosa e indecente condenação sofrida pelo GTNM, escrevo solidarizando-me inteiramente (...).

Um abraço, **Isa (Maria Luiza de Carvalho)**



APOIO CECAC – Centro Cultural Antonio Carlos Carvalho

Colocamos no sítio do CeCAC matéria de apoio ao GTNM-RJ (www.cecac.org.br). Conte com a nossa solidariedade.

Um abraço, **Marco Antonio**

Declaración de la RedSalud-DDHH



GTNM/RJ es condenado injustamente a pagar a policías (Ver em www.redsalud-ddhh.dm.cl/)

RedSalud-DDHH - Red Latinoamericana y del Caribe de Instituciones de la Salud contra la Tortura, la Impunidad y otras Violaciones a los Derechos Humanos

Caros amigos:

(...) Estou dando instruções à minha secretária para transferir minha contribuição ao Grupo. Mas qualquer contribuição financeira será ridícula, tendo em vista a magnitude da condenação. O indispensável é poder se defender judicialmente. Gostaria de entrar em contato com o advogado do Grupo para trocar idéias a respeito. Cordialmente,

Fábio Konder Comparato

Caríssimo Fábio,

Muito obrigado pelo gesto solidário e também pela disposição de conversar com o advogado do GTNM (...). Meu afetuoso abraço,

Marcos Arruda

CRIMINALIZAÇÃO, JUDICIARIZAÇÃO: A NOVA REPRESSÃO?

Sergio Silva*

Nos dias seguintes às últimas eleições presidenciais francesas, dezenas de passeatas manifestaram o descontentamento com os resultados das urnas. Segundo os dados oficiais, apenas poucos milhares de pessoas participaram dessas manifestações, mas foram muitos os conflitos com a polícia e muitas as prisões. Menos de uma semana depois, no dia 12 de maio, ainda de acordo com os dados oficiais, 36 pessoas já tinham sido condenadas pela Justiça, em processos sumários. Somadas as penas: 8 (oito) anos de prisão fechada.

Isso foi apenas o começo. Muitos esperam seus julgamentos para os próximos dias ou semanas. Outros detidos em situações semelhantes encontram-se na mesma situação. A violência e a rapidez da repressão judicial tornaram-se possíveis graças a pontuais, mas importantes mudanças jurídicas: de um lado, a atualização e a criação de novas leis “contra a criminalidade”, em geral, e “contra a violência e o terrorismo”, em particular; de outro lado, a atualização e a criação de novas leis sobre “processos sumários”.

A Gare du Nord é uma das maiores estações e um dos principais cruzamentos de linhas de metrô de Paris. Os incidentes que lá aconteceram em março deste ano são também exemplares sobre a prisão e condenação sumária de pessoas que se manifestam contra decisões do sistema e de seus agentes diretos. Primeiro, houve a interpelação pelos fiscais da RATP (empresa de transportes coletivos de Paris) de um senegalês residente na França. Ele não teria o bilhete de viagem. Os fiscais (quatro) acharam que ele respondeu de forma grosseira. Ele acabou no chão, imobilizado e algemado.

...and Justice for?



AUDEMUS JURA NOSTRA DEFENDERE

"WE DARE DEFEND OUR RIGHTS"

Em pouco tempo, o número de pessoas que protestavam contra a ação dos fiscais tornou-se muito grande. Os fiscais chamaram a polícia encarregada de conter revoltas populares. Os policiais chegaram com suas roupas de robocop, seus capacetes de lindas viseiras, seus maravilhosos escudos também de acrílico especial, suas armas, suas bombas de gás, seus longos cassetetes e muitos cães, treinados para perseguirem animais não suficientemente adestrados. Fizeram a festa.

Muita gente considerou a ação policial excessivamente violenta. Entretanto, no final de maio, várias pessoas detidas – inclusive o se-

negalês – já estavam devidamente condenadas, em processos sumários, a prisão fechada.

As mudanças legais e judiciárias que permitem a prisão e a condenação sumária foram aperfeiçoadas desde o atentado às Torres Gêmeas de New York, em 2001. Na França, ainda no governo Lionel Jospin, socialista. Novas leis foram adotadas pelos governos seguintes, da direita. Como no Brasil, entre os partidos políticos que alcançam um mínimo de possibilidade de chegar ao governo, não há diferença significativa em questões importantes como essa.

Em todo o mundo dito civilizado, ao mesmo tempo em que o sistema político deixa de oferecer qualquer esperança de saída para os problemas da maioria da população, manifestações de descontentamento são definidas e tratadas como crime: a oposição (não oficial) torna-se caso de polícia. A legislação e o Judiciário tornam-se inteiramente flexíveis, no sentido da tolerância zero. O neologismo “judiciarização” e o termo “criminalização” (de certa forma, também neologismo) são cada vez mais usados. Eles indicam uma triste realidade: a metamorfose do Estado de Direito em Estado de Exceção Permanente.

mo “judiciarização” e o termo “criminalização” (de certa forma, também neologismo) são cada vez mais usados. Eles indicam uma triste realidade: a metamorfose do Estado de Direito em Estado de Exceção Permanente.

* Professor da Unicamp.

Fonte do desenho “Justice for?”: <http://www.cyberclass.net/justice.gif>. Um resumo da grande mídia sobre a versão do congolês preso: <http://www.lemonde.fr/web/article/0,1-0@2-823448,36-890084@51-888702,0.html>. Para mais informações, em francês: www.indymedia.org. No dia 28 de março, a Folha de SP publicou algumas linhas sobre a ação da polícia “para deter bandos de jovens que saquearam lojas e quebraram vitrines”.

A CARTA DE SÃO PAULO

Nos dias 24 e 25 de maio último aconteceu o **‘Debate Sul-Americano sobre Verdade e Responsabilidade em Crimes contra os Direitos Humanos’**, organizado pelo Ministério Público Federal em São Paulo, sob a coordenação de Procuradores como Eugênia Augusta Gonzaga Fávero – que está movendo ação contra o Cel Brillhante Ustra, chefe do DOI CODI II Exército entre 70 e 74 – e de Marlon Alberto Weichert – que ordenou a ocupação de um local clandestino do exército em Marabá na época em que eram feitas escavações à procura de guerrilheiros desaparecidos.

O objetivo foi debater a impunidade nos crimes contra os direitos humanos na América do Sul, tendo como principal enfoque os crimes

praticados contra militantes políticos durante os regimes autoritários. Assim, os temas de discussão foram: 1) *A impunidade nos crimes contra os direitos humanos na América do Sul*; 2) *Imprescritibilidade nos crimes contra a humanidade cometidos por agentes público em regimes autoritários*; 3) *Inconstitucionalidade das leis de anistia diante da proteção internacional e nacional de direitos humanos*; 4) *Direito à Verdade*.

Ao final dos debates, foi aprovada a Carta de São Paulo. Suas conclusões referem-se à atuação e provocação do sistema de justiça brasileiro para **reverter o quadro de impunidade e esquecimento**; ao aparelhamento do País para a devida apuração de violação de

direitos humanos, inclusive com a instituição de um serviço autônomo de antropologia e arqueologia forense (...); à refutação da intenção de se delegar ao aparato policial a tarefa de busca de restos mortais dos participantes do confronto denominado Guerrilha do Araguaia; à provocação do Poder Executivo para que cesse a interposição de recursos e qualquer tipo de resistências às decisões judiciais das Cortes internas e internacionais que vêm determinando a abertura de arquivos sigilosos; à proposição ao Poder Legislativo de um projeto de lei sobre documentos sigilosos (...); finalmente, à instituição de uma **Comissão de Verdade**.

Para a leitura na íntegra dessa carta, acesse www.torturanuncamais-rj.org.br



Maria Lúcia Petit

Nasceu em Abruinhos (SP), em 20 de março de 1950. Em início de 1970, iniciou sua militância política. Foi para Goiás e, logo após, para o Sul do Pará. Maria Lúcia dedicou-se ao magistério e ao trabalho na roça, conquistando grande simpatia dos moradores da redondeza. A partir de sua vivência no Araguaia, adquiriu maior conhecimento da terrível situação de abandono e miséria que viviam os trabalhadores rurais e a população camponesa. Em 1972, o Exército brasileiro cercou a região do Araguaia, onde se encontrava Maria Lúcia.

Segundo depoimentos de alguns sobreviventes, aos 22 anos de idade, no dia 16 de junho de 1972, ao se aproximar da casa de um camponês, Maria Lúcia foi fuzilada por tropas do Exército sob o comando do general Antônio Bandeira, da 3ª Brigada de Infantaria.

Em 1991, grupos de familiares de mortos e desaparecidos, da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, e de legistas da UNICAMP, exumaram no cemitério de Xambioá (TO) três ossadas: uma delas, de uma jovem enrolada num pedaço de pára-quadras, que provavelmente era de Maria Lúcia. Por falta de vontade política sua identificação foi protelada por cinco anos. Em 1996, o jornal O Globo publicou fotos de um dossiê militar em que apareciam guerrilheiros presos e mortos no Araguaia. Entre as fotos foi possível à família identificar Maria Lúcia.

Somente em 15 de maio de 1996, a UNICAMP finalizou a identificação de Maria Lúcia. Em 16 de junho do mesmo ano, foi realiza-

do o traslado de seus restos mortais, com homenagens nas Câmaras Municipais de São Paulo e de Bauru, onde foi sepultada.



Lúcio Petit

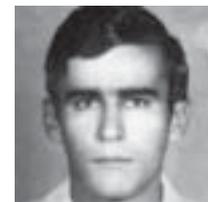
Nasceu em Piratininga (SP), em 1º de dezembro de 1943. Devido às dificuldades financeiras, começou a trabalhar muito cedo. Foi viver com o tio em Itajubá, Minas Gerais, onde terminou o curso de Engenharia e fez parte do Diretório Acadêmico de sua escola, iniciando aí sua militância política. Participou das atividades do Centro Popular de Cultura - CPC da UNE e escrevia poemas e crônicas sobre os problemas sociais brasileiros para o jornal do Diretório Acadêmico *O Dinamo*.

Em 1965, como engenheiro, trabalhou na Light, na Engevix e, mais tarde, na Companhia Nativa em Campinas, trabalhou na construção da Usina Boa Esperança. Mudou-se para o Araguaia em 1970. Pertencia ao Destacamento A da guerrilha e foi promovido vice-comandante com a morte do comandante André Grabois.

O relatório do Ministério do Exército diz que "é considerado desaparecido desde o dia 29 de novembro de 1973, quando teria travado tiroteio com uma patrulha do Exército". Já o relatório do Ministério da Marinha afirma que foi "morto em março de 1974".

Segundo documentos militares recentemente publicados, Lucio foi preso em julho de 1974,

no final da guerrilha. Foi longamente interrogado em Marabá, durante três dias, por militares que chegaram de Brasília, segundo os quais manteve até o fim sua crença na revolução socialista. Levado de helicóptero para algum ponto da mata foi executado por uma equipe do Exército.



Jaime Petit

Nasceu em 18 de junho de 1946, em Iacanga (SP).

Muito cedo perdeu o pai, sendo obrigado a trabalhar. Morou e estudou no Rio de Janeiro. Em 1965, ingressou no Instituto Eletrotécnico de Engenharia da Faculdade Federal de Itajubá-MG. Trabalhava como professor de matemática e física nos colégios da região. Em 1968, foi eleito presidente do Diretório Acadêmico da sua unidade. Participou também do XXX Congresso da UNE em Ibiúna, SP, onde foi preso. Condenado à revelia, em 1969, foi obrigado a abandonar o curso de engenharia e ir viver no interior como eletricitista. Posteriormente, mudou-se para a localidade de Caianos, no Araguaia, lugar no qual já residiam seus irmãos Lúcio e Maria Lúcia, também do PC do B e integrantes do Destacamento B das forças guerrilheiras na região.

Está desaparecido desde o dia 29 de novembro de 1973, quando tinha 29 anos de idade.

O relatório do Ministério do Exército diz que: "existe registro de sua morte em 22 de dezembro de 1973", sem especificar as circunstâncias e o local de sepultamento. Já o relatório do Ministério da Marinha assinala que Jaime foi "morto em 22 de dezembro de 1973".

SAUDADE

JULIETA PETIT DA SILVA

22/JULHO/1920 – 16/ABRIL/2007

Mãe de MARIA LUCIA, LUCIO e JAIME PETIT DA SILVA, desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Julieta Petit da Silva nasceu em Lençóis Paulista. A família vivia de uma cultura familiar de algodão no interior de São Paulo.

Com a perda trágica do marido, aos 28 anos ficou viúva com filhos pequenos, quando começou a trabalhar como costureira para sustentá-los. Teve que se separar dos filhos para que eles pudessem estudar. No movimento estudantil tornaram-se militantes do PC do B.

Em 1968, com a prisão de Jaime no Congresso da UNE, em Ibiúna, Julieta passou a integrar um Comitê de Mães.

Em 1970, Julieta vê seus filhos Lúcio e Maria Lúcia partirem para o interior e não mais retornam. Durante a fase dura da repressão militar no Araguaia, Julieta sofreu com a falta de notícias dos três

filhos e só veio a saber da morte da Maria Lúcia em 1979, pelo Movimento de Anistia.

Em 1981 une-se aos familiares dos desaparecidos políticos da guerrilha do Araguaia para encaminhar Interpeleção Judicial ao general Figueiredo sobre o paradeiro dos seus filhos. Diante da negativa do governo, em 1982, participa da nova ação judicial contra a União, que completa 25 anos sem que a sentença tenha sido executada.

Em 1993, esteve em Brasília com familiares de desaparecidos políticos que, na Comissão de Representação Externa do Senado, exigiram providências para a localização dos corpos e esclarecimentos das circunstâncias das mortes.

Em 1996, Julieta finalmente recebeu os restos mortais de sua filha Maria Lúcia, a primeira e única guerrilheira identificada do Araguaia.

Julieta faleceu sem ter visto esclarecido o desaparecimento de seus filhos Lucio e Jaime. Como era seu desejo, foi sepultada ao lado da sua filha Maria Lúcia, em Bauru, São Paulo.



KURT VONNEGUT

1922 – 2007

Autor de romances clássicos da contracultura americana, entre eles *'MATADOURO 5'* (L&PM), cujo tema se concentra nos dois dias de bombardeio sobre a cidade alemã de Dresden em 1945, que causou 135 mil mortes. Lançado em 1969, durante a Guerra do Vietnã, tornou-se uma referência. Suas obras misturavam ficção e autobiografia. As mais conhecidas, além de *'Matadouro 5'* são *'Café da manhã dos campeões'*, *'Cama de Gato'* e seu último livro *'Um homem sem pátria'*. Morreu em Manhattan aos 84 anos, em abril de 2007.

Em seu último livro ele conta que, no seu epítáfio, gostaria de ver escrito: 'A Boa Terra: poderíamos tê-la salvo, mas fomos muito medíocres e preguiçosos'.

Dia Internacional de

A **Convenção das Nações Unidas contra a Tortura**, adotada em 1984, entrou em vigor em **26 de junho de 1987**. Com o objetivo de sempre recordar esta importante decisão, a Assembleia Geral das Nações Unidas de 12 de dezembro de 1997 decidiu, a pedido da entidade dinamarquesa IRCT - Conselho Internacional para Reabilitação das Vítimas de Tortura - proclamar o 26 de junho como o “Dia Internacional de apoio às vítimas da Tortura”. O GTNM RJ participa deste evento anual com cerca de 100 outros países intitulando-o de **Dia Internacional de Luta Contra a Tortura**.

Este ano de 2007, para a **celebração** deste Dia Internacional, o GTNM/RJ, em parceria com o NEPP - Núcleo de Estudos de Políticas Públicas de Direitos Humanos da UFRJ, apresentará uma **exposição** de trabalhos de artes plásticas e poesia dos usuários do projeto clínico jurídico Tortura Nunca mais no **dia 29 de junho, sexta-feira, no Auditório do CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, no campus da Praia Vermelha, a partir das 18h**.

Haverá uma **Mesa Redonda sobre o tema Reparação e Justiça** com a participação do jurista Dr. Fábio Konder Comparato, da Dra. Beatriz Brinkman, membro do CINTRAS (organização de saúde e direitos humanos chilena), de Ana Miranda, pelo Fórum de Reparação do Estado do Rio de Janeiro e um depoimento de Maria Dalva, mãe do Borel, do Movimento “Posso me Identificar”. Teremos ainda a participação do grupo ‘Harmonia Enlouquece’, formado por profissionais, usuários e familiares de pacientes de Saúde Mental, que nos brindará com sua **música**.

REPARAÇÃO E JUSTIÇA: UM CAMINHO NECESSÁRIO

Vera Vital Brasil*

(...) Os efeitos devastadores produzidos pela violência do Estado, cuja missão precípua seria a de proteger os cidadãos, foram amplos e penetraram fundo no conjunto da sociedade. O Estado se impôs pela institucionalização da violência, torturando, matando e fazendo desaparecer milhares de opositores ao regime militar. Levou à clandestinidade, ao exílio milhares de pessoas, e marcou com o medo, a suspeita e a violência as relações sociais. Criou dispositivos de saber e de poder para perpetuar-se por períodos longos, utilizando-se de várias estratégias, dentre elas a do ocultamento sobre o que ocorreu no período, e de mecanismos de proteção para evitar a punição de autoridades responsáveis pela brutalidade e corrupção.

Ainda que as diferenças regionais se apresentem de acordo com a realidade de cada país, há pontos de semelhança de maior ou menor intensidade, que atravessam toda a América Latina: **a dificuldade de acesso aos arquivos da repressão e o impedimento de que os responsáveis sejam processados e/ou ocupem cargos públicos**, devido à “camisa de força” criada pelas leis de Anistia nos períodos de transição. E esta política, que contraria o cerne do avanço democrático, tem

desdobramentos: a intensificação da violência em todo o corpo social tendo a **impunidade** como base de apoio, de sustentação do modelo de funcionamento social atualmente em curso.

Resistindo ao esforço de colocar fora do tempo e da história os danos produzidos pelo terror da ditadura, setores da sociedade converteram esta dor da violência em ação, produzindo uma intensificação dos valores éticos e apontando um horizonte para a construção de uma sociedade democrática. Resistindo à ausência, os familiares de mortos e desaparecidos denunciam a artimanha inominável de apagar vidas, descolá-las de sua existência e história do país. Ex-presos políticos e atingidos diretos pela repressão denunciam as atrocidades e perseguições sofridas e exigem do Estado políticas de reparação.

Inauguram ruas com o nome de desaparecidos e mortos para que a sociedade não esqueça de sua existência, vasculham cemitérios clandestinos em busca dos restos mortais de desaparecidos, homenageiam os que se destacaram e destacam como força de resistência no cenário do passado recente e atual. Criam centros de Memória

J Dia Internacional de Luta contra a Tortura

Luta contra a Tortura



para que **Nunca Mais** ocorra o que aconteceu. Esforços que a sociedade civil tem empreendido, contrapondo de maneira clara a forma de autoritarismo que prevaleceu e que têm seus efeitos no contemporâneo, com uma aposta ética num outro tipo de funcionamento social.

Na noção de **Reparação** está incluída as dimensões éticas, sociais, jurídicas e econômicas. **Reparar é levar em conta um projeto de vida que foi interrompido pela violência do Estado.** Reparar é restituir a história que foi ocultada pela oficial. Reparar é promover o resgate à dignidade dos que ao lutarem por uma sociedade mais justa e humana foram excluídos e marcados simbolicamente como seres indesejáveis, subversivos e terroristas. **Reparar é tarefa do Estado** ao reconhecer efetivamente suas práti-

cas de violação dos Direitos Humanos e se comprometer a uma política de **Nunca Mais cometer as atrocidades genocidas das quais foi artífice e que perduram até os dias atuais com os assassinatos de jovens pobres e negros da periferia.**

Reparar é, portanto, levar em conta a construção da memória dos acontecimentos, com a necessária abertura dos Arquivos da Repressão da Ditadura, condição fundamental para que a sociedade se aproprie de sua história. É levar em conta que a impunidade em curso só poderá ser interrompida se levar ao banco dos réus os responsáveis e executores de práticas perversas.

*** Psicóloga, membro da Equipe Clínico-grupal Tortura Nunca Mais**

PELA IMEDIATA INSTALAÇÃO DE UMA COMISSÃO DE JUSTIÇA E VERDADE!

REPARAÇÃO

O caso do Estado do Rio de Janeiro

Em vários estados brasileiros foram aprovadas, a partir dos anos 90, leis de reparação. No Rio de Janeiro, em dezembro de 2001, após muitos anos de luta do movimento de direitos humanos, foi finalmente aprovada a lei 3744, regulamentada pelo decreto 31.995 de outubro de 2002, que autoriza o Estado do Rio de Janeiro a ressarcir financeiramente as pessoas que sofreram torturas físicas ou psicológicas sob a guarda dos órgãos públicos estaduais e com a acusação de terem participado de atividades políticas. Esta lei encaminha ainda para o Projeto Memória do GTNM/RJ os requerimentos dos solicitantes.

A CER RJ – Comissão Especial de Reparação do Estado do Rio de Janeiro, encarregada de analisá-los e decidir sobre sua aprovação, funcionou por apenas dois anos: iniciou os julgamentos em outubro de 2004 e sua existência legal expirou em dezembro de 2006, mas não terminou de analisar os requerimentos apresentados.

No Rio de Janeiro apenas 1115 requerentes entraram com o pedido, sendo que nos outros estados o número de requerentes foi bem maior. Destes, cerca de 940 já foram julgados, dos quais 755 deferidos, mas somente 140 foram pagos. Faltam cerca de 175 processos a serem analisados e decididos, além da possibilidade concreta dos que foram indeferidos entrarem com recurso. Não foi possível para muitos obter provas do-

cumentais, pelas dificuldades de acesso aos arquivos da ditadura, ou mesmo testemunhais, para justificar seu direito de ressarcimento. Como se não bastasse o sofrimento em rememorar as condições de prisão e tortura para justificar o pedido à Comissão de Reparação, o ônus da prova recai sobre os requerentes, como correu com a Lei 9.140 / 95, em relação aos familiares de mortos e desaparecidos políticos.

Hoje, é urgente que seja reinstalada a Comissão Especial de Reparação do Estado do Rio de Janeiro. Que:

- seja feito o pagamento dos processos já deferidos (615) e dadas as garantias da aplicação do montante já definido no orçamento de 2007;
- se dê continuidade aos trabalhos de análise dos processos que não foram ainda examinados pela Comissão de Reparação;
- seja feita a revisão dos processos que foram indeferidos, considerando as novas provas apresentadas no decorrer dos trabalhos da Comissão e a enorme dificuldade de acesso aos principais arquivos da ditadura,
- e ainda, levando em conta que o prazo para a apresentação de requerimentos foi pequeno, sendo o Rio de Janeiro um dos estados em que mais houve presos políticos, o **Fórum de Reparação do Rio de Janeiro** está também solicitando das autoridades abertura de prazo para apresentação de novos requerimentos.

Criminalização dos Movimentos Sociais

A tentativa de emudecer, de destruir e de desmoralizar todos os que lutam contra as injustiças faz parte da política do Estado brasileiro desde seu início, mas atualmente ganha mais poder e força, na medida em que o aparato judicial fornece a ele apoio e os meios de comunicação dominantes silenciam sobre essas violências. Ela também não é característica só do Brasil e se fortalece com o atual estágio do capitalismo neoliberal globalizado. Por isso, é indigno que os movimentos sociais – que lutam em defesa da dignidade da pessoa humana, no atendimento às necessidades básicas dos seres humanos de morar, produzir, trabalhar, vestir, estudar etc., que lutam pela defesa do bem maior que é a dignidade, a liberdade e a livre expressão – sejam severamente punidos, colocados no banco dos réus, como se fossem criminosos.

LIDERANÇAS DOS MOVIMENTOS SEM TERRA CONTINUAM MORRENDO

Lideranças dos movimentos sociais continuam morrendo, mesmo depois de terem anunciado a sua própria morte, tal como ocorreu com Chico Mendes e, agora, com a irmã Dorothy Stang. Mais de dois anos após seu assassinato, os moradores de Anapu ainda sofrem com a presença de grileiros e madeireiros. Segundo denúncia dos movimentos populares do município, nos PDSs (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) de Esperança, a 70 km do município de Anapu e de Virola Jatobá, moram e trabalham 410 famílias. Dessas só 167 estão oficialmente assentadas e em condições de receber benefícios de fomento, ferramentas, habitação e financiamento do Governo (ver jornal virtual Adital Notícias, 09/05/07).

O mais recente assassinato foi o de **Antonio Santos do Carmo**, de 60 anos de idade, trabalhador rural vinculado ao MST, no município de Irituia, na região do Pará.

ÍNDIOS PERSEGUIDOS

Os índios Guarani-Caiovás, em Dourados (MS), continuam sofrendo perseguição por parte da polícia e da imprensa local, conforme se pode ver no vídeo produzido pela Associação de Jovens Índios (AJI) do Brasil. Leonardo, morador da comunidade, afirma que, quando um policial chega na reserva indígena (...) “ele não vem pra defender alguém, ele vem pra matar. Matar o Carlito. Por isso, eles não vão vestidos

de policiais, vão à paisana. Matar o Carlito é a missão deles”. Carlito Oliveira é o líder da comunidade e, junto com mais sete jovens índios (Ezequiel, Vicente, Rosalina, Cipriano, André e Ermínio Romeiro), está preso em Dourados, acusado da morte de policiais.

Religiosos Ameaçados

Espera-se que o “Batismo de Sangue” não se atualize, que nomes como Frei Tito, Irmã Dorothy e muitos outros religiosos, que morreram na esperança de um país mais justo e fraterno, sirvam de exemplo para que NUNCA MAIS precisemos chorar pelos que lutam. Que esta lista de religiosos “condenados à morte” sirva apenas de denúncia: **D. Erwin Krütler**, bispo prelado de Xingu (PA), anda acompanhado por seguranças; **D. Geraldo Verdier**, bispo de Guajará-Mirim

(RO), denunciou grilagem de terra e tortura policial; **D. Antonio Possamai**, bispo de Ji-Paraná (RO), denunciou casos de corrupção; **Frei Henri Burin des Roziers**, da CPT de Xinguará (PA), atua no combate ao trabalho escravo; **Irmã Leonora Bruneto**, da CPT de Alta Floresta (MT), apóia os sem-terra; **Padre José Iborra Blans**, de Guajará-Mirim (RO), tem denunciado invasões de terras indígenas e de parques florestais; e **Padre José Amaro de Souza**, que trabalha em Anapu (PA), cidade onde mataram Dorothy Stang.

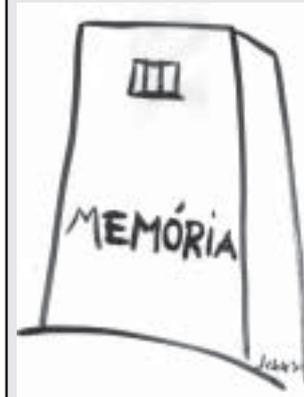
Os grandes veículos de comunicação de massa não divulgam estes fatos e, na medida em que os denunciarmos, enfraquecemos aqueles que desejam o silêncio opressor e o esquecimento.



Criminalização da Memória

RS: ATAQUE À HISTÓRIA

Pela permanência do Acervo da Luta Contra a Ditadura



O atual governo do Estado do Rio Grande do Sul pretende realizar um ataque frontal à História por meio da Secretária de Cultura Mônica Leal (filha do Cel. Pedro Américo Leal, chefe de polícia e importante agente repressivo da ditadura militar na-

quele estado): **fechar o Acervo da Luta Contra a Ditadura / RS.**

A Comissão que coordenava o Acervo já perdeu seus principais membros, que pediram afastamento em repúdio a tal ação, dentre eles o juiz João Carlos Bona Garcia (Presidente da Comissão), o professor de História da UFRGS Enrique Serra Padrós e as sociólogas Sônia Ferreira e Lícia Peres. O Acervo mantém uma grande quantidade de documentação histórica daquele período e o acesso aos mesmos talvez chegue a ser inviabilizado, ocultando assim parte significativa da nossa história aos pesquisadores e aos próprios atores e suas famílias. Em 05 de junho último houve ato de protesto no campus da UFRGS, com apoio do DCE da mesma universidade.

PERIGO NO RIO

Enquanto isso, todos os documentos históricos existentes desde 1930, quando o Rio ainda era capital da República - incluindo os arquivos das polícias secretas desde aquela data estão sob grande risco físico: muito poucas vezes se deu a devida importância à sua guarda e manutenção. O **Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro** já foi alvo de várias denúncias e reportagens na televisão pelo seu péssimo estado de conservação, quando pudemos ver na telinha os estragos cometidos aos ‘papéis’ pelo tempo, mas também pelos fungos, bactérias, ratos, traças, baratas e morcegos. Não esqueçamos ainda que, num passado não tão distante, este mesmo acervo teve várias de suas folhas retiradas, rasgadas, ‘sumidas’.

MEMORIAL DE DIREITOS HUMANOS NA UFSC

A convite do Professor Fernando Ponte de Souza, do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina, o GTNM/RJ esteve presente para o lançamento do Memorial Brasileiro de Direitos Humanos, em abril último.

O Memorial tem como objetivo ser um centro de referência teórico-sociológico no tratamento das informações e documentos relacionados, em especial, ao período do regime ditatorial. Pretende construir um acervo de documentos escritos, audiovisuais e eletrônicos produzidos no e sobre o período; promover eventos; servir de apoio às atividades de ensino e pesquisa para o 2º grau, graduações e pós-graduações e construir um Portal Memorial Brasileiro de Direitos Humanos com uma biblioteca digital, dentre outras atividades.

O MST/RS DENUNCIA VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS

Em 11 de abril foram realizadas três ocupações como parte da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária. Uma das áreas ocupadas foi a Fazenda Guerra, no município de Coqueiros do Sul. Cerca de 800 famílias participaram da ocupação. Esta foi a oitava vez que as famílias se mobilizaram para ocupar a área e pedir sua desapropriação. A Fazenda Guerra é improdutiva e possui 7 mil hectares, ou seja, aproximadamente o tamanho de 7 mil campos de futebol.

Após a ocupação, a área foi bloqueada pela Brigada Militar. Um aparato de centenas de policiais fortemente armados foi deslocado para o município para fazer o despejo das famílias. Estas preferiram recuar e acampar do lado de fora da fazenda, sob provocações e humilhações dos policiais. Tiros foram disparados contra as famílias no dia seguinte, que reagiram com pedras. O agricultor Daniel Mafalda Chavez, de 33 anos, foi ferido a bala.

No Hospital de Carazinho, duas pessoas que acompanhavam o agricultor foram presas. Com a bala ainda alojada no corpo, o agricultor, preso, foi submetido a espancamentos. Solto, foi de novo levado a um Hospital em Palmeira das Missões e transferido para a capital, Porto Alegre. A bala permanece alojada em seu corpo.



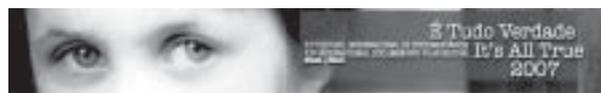
BANCO DE DNA EM BH

Familiares de treze desaparecidos da época da ditadura militar coletaram amostras de sangue no último dia 07 de maio, em Belo Horizonte.

As amostras de sangue colhidas irão integrar o Banco de DNA de Mortos e Desaparecidos Políticos brasileiros, que está sendo construído pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos da Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH para identificação das ossadas. Já foram colhidas cerca de 200 amostras sanguíneas de familiares de desaparecidos políticos nas cidades de São Paulo, Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

A criação do Banco de DNA, além de atender reivindicação dos familiares de mortos e desaparecidos políticos brasileiros, garante também o direito à verdade e à memória.

É TUDO VERDADE



12º festival Internacional de Documentários "É Tudo Verdade" é o principal evento dedicado exclusivamente à cultura do documentário sobre América Latina. A 12ª edição aconteceu entre 22 de março e 1º de abril último em São Paulo e no Rio de Janeiro. Uma seleção itinerante visita ainda Brasília, de 3 a 15 de abril, Campinas, de 9 a 15 de abril e Porto Alegre, 23 a 29 de abril (<http://www.itsalltrue.com.br>).

DIA NACIONAL DE LUTA ANTIMANICOMIAL: CRIANDO REDES

"Fiquei 40 anos na Colônia Juliano Moreira e era um corpo morto. Hoje sou um corpo vivo"

(Moises, usuário de Caps e de residência terapêutica).

Este, assim como outros depoimentos de usuários dos serviços de saúde mental, pôde ser registrado pelos presentes no **evento organizado pelo Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial, no dia 18 de maio**, no Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro.

Cerca de cem participantes, entre profissionais e usuários dos serviços e representantes de movimentos sociais, estiveram reunidos. O SIND MED se pronunciou trazendo um panorama das lutas sindicais em Saúde Mental; o Movimento Moleque, que reúne mães com filhos no Degase, confinados em instituições; o Movimento de Familiares da Luta Antimanicomial, discorreu sobre sua rica experiência. Participando da mesa redonda também esteve o

CDI – Comitê para a Democratização da Informática. O GTNM/RJ, com Vera Vital Brasil, membro de sua equipe clínica, compareceu com uma usuária do projeto clínico e apresentou o Projeto Clínico-Jurídico destacando os efeitos de subjetividade da tortura e violência do Estado.

ASSASSINATOS E SUICÍDIOS NA UNIVERSIDADE DE VIRGINIA

O que levou Cho Seung-hui, 23 anos, a matar a tiros 32 colegas de faculdade e, em seguida, dar fim à sua própria vida? Tenta-se, após o desastroso acontecimento na universidade americana Virginia Tech, desvendar o que alguns grupos menos escrupulosos da mídia hegemônica já antecipavam em seu discurso biopolítico: uma "mente criminosa".

As últimas palavras de Cho foram: "me encurralaram e me deram apenas uma opção"(...)

A reintrodução da avaliação de comportamento nas escolas francesas, o programa inglês onde "super-babás", enviadas a regiões mais pobres, ajudam pais a controlarem crianças com comportamento "anti-social"(...). Grande número de laboratórios hoje que investem na produção de drogas psicoativas ou dos "centros de modificação de comportamento" para crianças e adolescentes americanos – WWA-SP. Estes centros foram denunciados pelo diretor Mathieu Verboud em seu documentário *Tranquility Bay* que, apesar dos casos flagrantes de tortura, suicídio e tentativa de homicídio (...), apresentam faturamento anual de CEM MILHÕES DE DÓLARES.



Imagem da revista *Hellblazer*, nº 141, Andy Lanning, proibida nos EUA.

Devemos refutar diagnósticos simplistas, baseados tanto na exclusiva psicologização de comportamentos como em justificativas biológicas (...) ao eximir-nos de toda e qualquer responsabilidade, produzidos por um capitalismo tanto no campo do trabalho produtivo, mas que também investe na produção massificada de modos de existência.

PELA DEMOCRACIA, CONTRA O ARBITRÍO:

A oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já



Operários, estudantes, militantes políticos e militantes dos movimentos sociais, intelectuais, jornalistas, professores, artistas e muitos outros – estes são os autores de **Pela democracia, contra o arbítrio: A oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das**

Diretas Já.

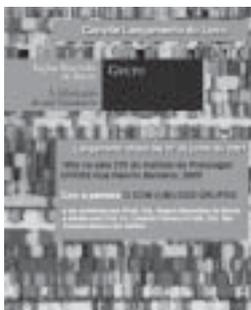
Este livro reúne mais de uma centena de testemunhos da luta contra a ditadura, que mostram como desde os primeiros dias após o golpe a oposição ao autoritarismo começou a se articular e a questionar o novo poder. Tratam de temas como o AI-5, o assassinato de Herzog, a anistia como não esquecimento, entre outros. O livro traz centenas de fotos e uma extensa bibliografia sobre o período abordado.

O lançamento marca 10 anos da Fundação Perseu Abramo e encontra-se disponível no portal www.fpabramo.org.br

Editora Fundação Perseu Abramo
480p, R\$ 60,00

Organizadores: ABRAMO, Zilah e MAUÉS, Flamarion

A AFIRMAÇÃO DE UM SIMULACRO: GRUPO



Na perspectiva deste recém-lançado livro, há que se fomentar grupos que se ofereçam como suporte de expressão de virtualidades existenciais – suporte não tanto para o que existe, mas para o que é gérmen potencial para produzir outras existências. A inspiração presente na obra é a de que ‘não conhecemos para transformar, mas transformamos para conhecer a realidade’; ou seja, não há separação entre teoria e prática

É a própria Regina Benevides que assim nos convida: ‘O que nos moveu a pesquisar/escrever sobre grupos? Uma inquietação, um desconforto, uma aposta, uma disposição, uma tese, um convite (...) O convite? Experimentar-grupo (...). Experimentemos-grupo’.

Autora: REGINA BENEVIDES DE BARROS
Editora: UFRGS
350 páginas, R\$ 47,00

‘CÍCLOPES’

ESPETÁCULO NA PRAÇA

Que espetáculo soberbo nos brindou a ‘Grande Companhia Brasileira de Mysthérios e Novidades’! O velho e histórico Largo de São Francisco foi palco de uma apresentação de alto nível técnico e artístico, contemplando o público de rua com ‘Cíclopes’, baseado na obra de Eurípedes. Ao cair da tarde, o círculo da praça foi tomado pela entrada triunfante de Sátiros, demãos libertinos e fanfarrões, desfilando numa narrativa de cânticos, sons de trombetas, gaitas, tambores e cordas, entremeados de gargalhadas históricas e divertidas. Uma visão criativa deste Drama Satírico é remontada sob a direção segura de Lígia Veiga.

‘Cíclopes’ é representado por um elenco experiente de atores e técnicos na arte cênica de rua. Destacamos o trabalho de preparação de corpo de Marília Felipe, nossa companheira do GTNM/RJ.

Fernando Silva, em maio de 2007.

DESERDADOS: DIMENSÕES DAS DESIGUALDADES SOCIAIS



Este livro reúne nove artigos de pesquisadores de diversas áreas – sociologia, literatura, história, memória social entre outros -, sobre a temática da desigualdade social, construída ao longo da história do Brasil.

Nossa nova 1ª Secretária, Joana D’Arc Ferraz, é uma das autoras. O prefácio é de Cecília Coimbra.

O **lançamento** será no próximo dia 5 de julho, às 19h, na livraria da galeria do Cinema Arteplex, na Praia de Botafogo.

A DITADURA DOS GENERAIS



AGASSIZ ALMEIDA, em maio último, lançou seu **livro ‘A Ditadura dos Generais’**, em São Paulo. O livro já foi lançado também em Brasília, Natal e Fortaleza.

Este escritor enviou CARTA À CLARICE HERZOG, viúva do jornalista Vladimir Herzog, preso e ‘suicidado’, em 1975, no DOI-CODI/SP (Ver **na íntegra em www.torturanuncamais-rj.org.br**).

No livro ‘o autor analisa o fenômeno da tortu-



PRÉ-LANÇAMENTO DO FILME SOBRE O GTNM/RJ

‘**Memória para Uso Diário**’, o vídeo-documentário do GTNM/RJ, não podia ter tido melhor local para um pré-lançamento: dia 15 de maio na FIOCRUZ, no âmbito da luta antimanicomial.

Vários personagens importantes, como Ivanilda, Leda Nonato e outros mais foram prestigiar o evento, que foi seguido de debate. **Beth Formaggini**, a diretora, já levou cópia em inglês do ‘**Memories for Daily Use**’ para a UCLA - University of California, Los Angeles, onde houve também discussão (...).

Cópias deste documentário encontram-se na sede do GTNM/RJ ao preço de R\$ 20,00. Quem se interessar faça contato e encomende.

Breve teremos outros novos lançamentos.

ra sórdida que passou a ser um dos pilares de sustentação do regime militar e como oficiais das Forças Armadas se comportaram mostrando fragilidade de caráter, falta de escrúpulos, matando, torturando e “desaparecendo” com cidadãos e cidadãs que ousaram lutar por um outro Brasil (...). Estão na lista de Agassiz torturadores, assassinos e mandantes, entre eles: Sérgio Fleury, Harry Shibata, Sizen Sarmento, Sílvio Frota, Orlando Geisel, Milton Tavares, Ernesto Geisel, Airtton Guimarães, Brilhante Ustra, Benone Albernaz, Adyr Fiúza de Castro, Emílio Garrastazu Medici, Carlos Alberto Augusto (vulgo Carlinhos Metralha), Sebastião Curió (extraído de <http://www.direitos.org.br>).

Livro: A Ditadura dos Generais - Estado-militar na América Latina. O Calvário na Prisão.

Autor: Agassiz Brasil

Editora: Bertrand Brasil, 546 páginas

Avanços e Retrocessos nas Políticas de Reparação

ARGENTINA:

confirmada a condenação por prisão perpétua de um genocida argentino, Miguel Etchecolatz

A anulação das leis que acobertavam os responsáveis por violações dos direitos humanos na Argentina, a lei da “*Obediência Devida*” e a lei do “*Ponto Final*”, permitiu que notórios torturadores fossem processados. Em setembro de 2006, Miguel Etchecolatz, foi julgado e condenado por crimes cometidos como chefe de Investigaciones, órgão da repressão argentina, responsável por milhares de mortes e desaparecimentos. Nesta ocasião, Julio Lopez, uma das testemunhas das atrocidades cometidas por este torturador, desapareceu e até os dias atuais não se tem notícias de seu paradeiro. Recentemente, após recurso impetrado pelos advogados de Etchecolatz, o tribunal argentino confirmou a sentença de prisão perpétua em cárcere comum em Buenos Aires.

CHILE:

ainda não se fez justiça no caso de Carrasco

José Carrasco foi companheiro de *Jane Vainini*, militante brasileira com quem viveu até que esta foi fuzilada pela repressão no Chile, em 6 de dezembro de 1974. Em 1986, Carrasco e três outros opositores foram assassinados e, vinte anos depois, em dezembro de 2006, o ex chefe da Central Nacional de Informações, Álvaro Corbalán, foi condenado a 18 anos de prisão pela participação nos quatro assassinatos. Outros 13 envolvidos nos crimes receberam penas até 5 anos. Entretanto, os assassinos entraram com recurso e aguardam novo julgamento.

URUGUAI:

falácia da política do “Nunca Mais”?

Cerca de 50 mil pessoas participaram da “*Marcha del Silencio*”, cujas palavras de ordem foram “*Onde estão? A verdade continua sendo seqüestrada. Nunca Mais ao Terrorismo de Estado*”. Esta manifestação se deu em protesto ao projeto do presidente Tabaré Vasquez, que estabelece o dia 19 de junho como o dia do NUNCA MAIS, caracterizando esta data como dia da reconciliação nacional entre os uruguaios, do “*Nunca Mais guerra entre irmãos uruguaios*”. Estes protestos colocavam em xeque

a desresponsabilização do Estado nos crimes da ditadura, denunciavam a falácia na política de Reparação que equipara os atingidos e violadores. De acordo com a norma internacional, a *Reparação* se aplica às pessoas que foram atingidas pelas violações dos Direitos Humanos por *agentes do Estado*.

No dia 4 de junho o presidente Vasquez, fez um pronunciamento e se comprometeu a avançar no processo de justiça, reiniciando as escavações, interrompidas em dezembro, para investigar o paradeiro dos desaparecidos. Concomitante a este fato, a sociedade uruguaia enfrenta a discussão sobre a anulação da lei da anistia uruguaia, lei da “*Caducidad*”, que como tantas outras criadas na época de transição, protegem os que violaram os Direitos Humanos.

COLÔMBIA:

indenização tardia

A Corte Interamericana de Direitos Humanos ordenou ontem que a Colômbia pague R\$ 5 milhões a parentes dos 12 investigadores de direitos humanos, mortos por paramilitares de direita na localidade de La Rochela, em 1989. O massacre, segundo a Corte, teve o apoio do Exército (O Globo, 12 jun 07, p. 29).

ABU GHRAIB É AQUI



No dia 9 de maio último a seção do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil denunciou que no *Presídio Evaristo de Moraes* aconteceram inúmeras irregularidades atentatórias aos direitos humanos. Os presos foram submetidos, pelos agentes do GIT - Grupamento de Intervenção Tática, a violências físicas e

psicológicas. Todos os feitos seguintes foram verificados pelo delegados da OAB/RJ que visitaram o presídio e ouviram testemunhas:

- ✓ No dia 4 de maio os agentes aproximaram-se das celas atirando com projéteis de borracha.
- ✓ Foram usados *sprays* de pimenta nos olhos e nos ânus dos presos, além de bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo.
- ✓ Dia 7 os apenados foram obrigados a ras-tejar e a comer lixo e tiveram de emitir o gestual e sons próprios de animais.
- ✓ Foram obrigados a permanecer nus em contato uns com os outros, de modo a ter contato direto com suas genitálias.
- ✓ Os recém-operados e com outras graves doenças foram também vítimas das agressões.

Esses atos, bem como inúmeros outros precedentes, mostram como a situação dos nossos presídios continua a ser incompatível com os princípios constitucionais e internacionais sobre detenção.

Diante disso, o GTNM RJ, apoiando as denúncias decorrentes da inspeção feita por várias entidades, incluindo a Comissão de Direitos Humanos da OAB RJ, entrou – em conjunto com a ONG Justiça Global e outras entidades – com uma ação, em nível internacional, solicitando que a OEA (Organização dos Estados Americanos) intervenha junto ao governo brasileiro.

Com a colaboração DE **Giorgio Nespoli**, estagiário do GTNM/RJ

APOLOGIA DA TORTURA

“(...) minha vontade, se está na ditadura militar, é botar tomando choque elétrico a noite inteira.(...) choque e porrada (...) de manhã ele tava enquadado, entendeu? (...) O meu sonho é voltar essa ditadura...”

Tenente-Coronel da PM/RJ Antônio Washington Borges Germano, Comandante do Batalhão de Policiamento de Vias Expressas – BPVE, falando para sua tropa. (Jornal *O Dia*, 28/05/2007)

Diante disso, o GTNM/RJ entrou com uma notícia-crime no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contra o referido Coronel por fazer apologia à tortura. Solicitou-se a apuração e responsabilização do crime.

Vocês organizam, eu desorganizo

Joel Rufino dos Santos*



Embora a tortura, para quem a sofreu, seja muito difícil de narrar, alguns de seus aspectos vêm sendo discutidos no Brasil pelo menos desde a repressão à Aliança Nacional Libertadora, há setenta anos. O Tortura Nunca Mais/RJ foi, até hoje, a organização que mais contribuiu para essa discussão. Com coragem e responsabilidade política. Fora desse grupo, individualmente, é difícil a quem passou pela tortura discuti-la – o que já mostra o seu caráter basicamente político. A tortura (e suas seqüelas) não é assunto exclusivamente médico, psiquiátrico ou psicológico.

Como Subsecretário de Justiça e Direitos Humanos, há alguns anos, tive de trabalhar ao lado de torturadores do sistema penitenciário. Não desejo ao meu pior inimigo esse “sacrifício” pela causa dos Direitos Humanos. A psicologia do torturador comum não difere da dos torturadores da ditadura. Ou talvez difira num ponto significativo: os torturadores de presos comuns não fazem questão de clandestinidade. Todo mundo os conhece, despacham com autoridades, dão entrevistas em jornal, eventualmente integram comissões de repressão. à tortura.

No fundamental, porém, a delegacia de polícia e as unidades prisionais são a escola, ou o celeiro, onde a tortura das ditaduras se refina e recruta seus quadros técnicos. Embora as ditaduras latino-americanas mandassem esses quadros estagiarem em centros de treinamento norte-americanos¹ (como está comprovado), seu *know-how* e sua ferocidade (sincera ou teatral) nasceram do massacre de presos comuns, geralmente nas delegacias especializadas em crimes contra o patrimônio. O “ladrãozinho” foi a cobaia do “terrorista”.

Os torturadores que conheci na OBAN, com exceção dos que vinham das forças armadas, haviam se destacado em delegacias comuns de bairro. A equipe de Fleury veio quase toda do sinistro DEIC. Sua folha de serviço era o massacre de rapazes e moças da periferia, ali tinham provado eficiência. Os DOI-CODI recrutavam, também, policiais militares “barra pesada”: infratores contumazes dos regimentos disciplinares, a quem davam uma oportunidade de se “reabilitar”: serviço sujo para lavar comportamento sujo.

Até que ponto um torturador é um anormal? Alguma anormalidade é necessária para torturar, mas é interessante que os anormais (psicopatas, tarados etc.) não progredam na carreira (em geral). Se lembrarmos de Felinto Muller, Charles Borer, Fiúza, Albernaz, Fleury,

todos tiveram vida social quase comum, com família, círculos de amigos, admiradores. Contam que Borer costumava justificar as sevícias com um velho argumento (que se dava aos escravos no tronco): “Estou lhe batendo para o seu próprio bem”.

A tortura é inenarrável, é uma experiência limite. Nela se está como diante da morte: só. Alguns momentos, porém, nos acompanharão sempre, como lampejos da memória. Como o daquele torturador, Oberdan, que parava a maquininha para dizer: “Vocês organizam, eu desorganizo. Sou bom nisso”.

¹ “Escola das Américas”. Ver www.soaw.org e www.soawlatina.org.

** Historiador e Escritor. Entre seus muitos livros estão: ‘Quatro Dias de Rebelião’, ‘O Saci e o Curupira’ e ‘Quando Eu Voltei, tive uma surpresa: Cartas para Nelson’, coletânea das cartas do professor ao filho de oito anos, no período em que esteve preso pela ditadura militar. São histórias narradas com ternura, sabedoria e encantamento.*



GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RJ

Rua Gal. Polidoro, 238 sl. - Botafogo
22280-000 RJ/Brasil – Tel/Fax (021) 2538 0428

IMPRESSO